



Cadernos do NUPPOME

ISSN 2596-285X

ano 6, número 17, agosto de 2024.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 6, n.17, agosto de 2024. ISSN 2596-285X

Imagem de capa

Fotografia de Alfredo Cunha, 26/04/1974. Imagem mostra o Gabinete de Silva Pais, na sede da PIDE/DGS, ocupado após a Revolução dos Cravos. Na imagem, vê-se o quadro de Marcelo Caetano, ditador deposto, no chão. Disponível em: <https://www.publico.pt/25abril/as-linhas-da-liberdade>

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadrimestral do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte. Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

EDITOR

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Christian Jecov Schallenmüller | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eneá de Stutz e Almeida | Universidade de Brasília

Fernando Perlatto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Odilon Caldeira Neto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Rita Juliana Soares Poloni | Universidade Federal de Pelotas

Tatyana de Amaral Maia | Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Vanessa Dorneles Schinke | Universidade Federal do Pampa

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Carlos Artur Gallo

COLABORAÇÃO COM A REVISÃO E/OU SELEÇÃO DE MATERIAL

Isadora Vieira Chagas | PIBIC-CNPq | NUPPOME

Pedro Gardani | PROBIC-FAPERGS | NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP

Universidade Federal de Pelotas | UFPEL

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.

Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

4 **Apresentação**

5 **NUPPOME Entrevista**

Entrevista com Mariana Joffily

10 **Considerações sobre memória,
verdade e justiça**

A aliança repressiva da Operação Condor, os Montoneros e

o “Pacto do Cone Sul”,

por Sabrina Steinke

19 **Novidades sobre memória,
verdade e justiça**

22 **Fontes de pesquisa**

23 **Memória, verdade e justiça
em imagens**

APRESENTAÇÃO

Este é o 17º número regular da nossa revista, publicada desde 2019 pelo NUPPOME. Como de costume, divulgamos novas fontes de pesquisa e novidades editoriais, assim como publicamos uma entrevista e um texto temático. A entrevistada deste número é a professora Mariana Joffily, pesquisadora de destaque nos estudos sobre o aparato repressivo da ditadura brasileira. O texto temático, sobre a Operação Condor, foi escrito pela historiadora Sabrina Steinke. Agradecemos a ambas pela disponibilidade e pela contribuição com esta nova edição da revista.

Conforme mencionado na apresentação do número anterior, o ano de 2024 marca os 60 anos do Golpe de Estado que deu início à ditadura brasileira. Este ano, contudo, é marcado, ainda, pela celebração dos 50 anos da Revolução dos Cravos, que em 25 de abril de 1974 deu fim a mais de 40 anos de ditadura em Portugal.

Considerada como o início da “3ª Onda de democratizações”, a Revolução portuguesa foi seguida por processos de transição política na América Latina, na África, no Leste Europeu e na Ásia. Num contexto atravessado pela crise das democracias, é preciso lembrar e festejar, ainda que de forma crítica, eventos como o 25 de Abril.

Como disse o poeta português Manuel Alegre, *“Mesmo na noite mais triste / Em tempo de servidão / Há sempre alguém que resiste / Há sempre alguém que diz não”*. Que a memória daquelas/es que ousaram dizer não contra o arbítrio das ditaduras siga nos inspirando na luta cotidiana pelo fortalecimento da democracia.

Viva à Liberdade! 25 de Abril sempre!

Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME

NUPPOME

ENTREVISTA



Mariana Joffily

Professora de História das Américas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e pesquisadora do CNPq.

Doutora em História Social pela USP, com pós-doutorados pela UFSC e pela Brown University (EUA), possui diversas pesquisas sobre a ditadura brasileira, com foco nos estudos sobre o aparato repressivo.

Entre outras instâncias, integrou o Comissão de Altos Estudos do Centro de Referências Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (AN).

Cadernos do NUPPOME – Quando surgiu seu interesse pelos estudos sobre a ditadura brasileira? O que motivou a escolha do tema?¹

Mariana Joffily – Sou filha de militantes comunistas, que se exilaram durante a ditadura militar. Meu avô materno, assim como outros colegas dele, sofreu perseguição no Instituto Butantã, onde trabalhava, e acabou saindo do país por um tempo para trabalhar no Instituto Pasteur. (O Sergio Barbo publicou não faz muito tempo um ótimo artigo na Agência Pública sobre o Instituto durante a ditadura.) Minha avó paterna foi uma das docentes a pedir demissão da Universidade de Brasília, onde era professora, em solidariedade aos colegas que haviam sido demitidos da instituição por perseguição política. Então sempre estive muito próxima do tema. Meu interesse, contudo, nunca foi estudar a esquerda, porque já tinha uma certa vivência desse universo. Quando retornamos do exílio, meus pais criaram um jornal alternativo, o *Tribuna da luta operária*, dirigido a um público amplo de trabalhadores e trabalhadoras populares, que cobria seus temas de interesse – greves, movimentos sociais, condições de vida e de trabalho dos setores economicamente mais vulneráveis, debates em torno do racismo e das questões das mulheres – e informava sobre a conjuntura nacional e internacional. Lembro que no aniversário da morte do militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Carlos Danielle, foi publicada uma matéria que descrevia o quanto ele havia sido torturado e como havia resistido sem delatar ninguém, dentro do tradicional padrão da esquerda de exaltação à resistência heroica. Me impactou bastante esse caso. Cresci num país em que os exilados estavam retornando ao país e se reinserindo à vida política, porém ainda era preciso ter muito cuidado com o que se dizia e para quem. Sempre fui orientada para manter discrição, nosso lema em casa era "em boca fechada não entra mosca". Essa atmosfera

¹ Entrevista realizada por Carlos Artur Gallo, em julho de 2024. Para a publicação, a entrevista foi revisada com o auxílio da estudante Isadora Vieira Chagas, bolsista do NUPPOME.

de risco permanente me gerava muita curiosidade sobre a repressão política, sua estrutura, suas lógicas, seus agentes. Não podia compreender como um indivíduo podia ser capaz de torturar, massacrar outro ser humano. Por isso me orientei para esse tema.

Cadernos do NUPPOME – Entre 2000 e 2008, durante a realização do seu mestrado na França, e, na sequência, do seu doutorado no Brasil, você pesquisou temas relacionados à repressão sofrida pelos movimentos de guerrilha urbana, assim como, mais especificamente, o modo como a Operação Bandeirante (OBAN) e Destacamento de Operações Institucionais de São Paulo (DOI-SP) agiam no combate à luta armada. Sua pesquisa de doutorado, inclusive, foi agraciada com o Prêmio de Pesquisas Memórias Reveladas. Como surgiu a ideia de pesquisar esses temas? O que você destacaria como principais achados dessas pesquisas?

Mariana Joffily – Fui para a França em 1998, para estudar a língua e acabei ficando alguns anos. Em Paris IV, na Sorbonne, primeiro fiz o que eles chamavam de *maîtrise*, uma espécie de TCC. Não tinha nenhuma experiência de pesquisa, então pedi à Kátia Mattoso, minha orientadora, que me sugerisse um tema que fosse factível desenvolver estando na França. Ela e o Denis Rolland - trabalhavam juntos - me sugeriram pesquisar sobre as possíveis relações entre os socialistas franceses e os brasileiros na virada do século XIX para o XX. Foi uma experiência interessante, porque tive contato com as publicações do movimento socialista francês, mas encontrei pouco material que pudesse atestar um vínculo mais consistente entre os socialistas dos dois países. Esse trabalho me deu experiência em pesquisa e então propus ao Luiz Felipe de Alencastro, que havia ocupado o posto que antes era da Kátia Mattoso, então já aposentada, um outro tema, agora para o *Diplôme de Études Approfondies* (DEA). Hoje em dia a *maîtrise* e o DEA juntos formam o que os franceses chamam de *master*, o equivalente a um mestrado. O DEA, na época, era uma espécie de qualificação de doutorado: o meu, com os anexos, tinha mais de cento e cinquenta páginas. Essa foi uma experiência também muito formadora, foi quando comecei a estudar a ditadura militar mais a fundo. A ideia era problematizar como a repressão política havia punido ações da esquerda armada que podiam ser associadas a crimes comuns: sequestros de membros de corpos diplomáticos estrangeiros e assassinato/justiçamento de indivíduos ligados à repressão. Para fazer essa pesquisa, vim ao Brasil e aqui fui informalmente orientada pela Maria Aparecida de Aquino. Ela me indicou a bibliografia e fez com que eu tivesse contato com a documentação do Projeto *Brasil: nunca mais*, os processos do Supremo Tribunal Militar. Nada era digitalizado, então fui ao Arquivo Edgard Leuenroth e fotocopiei milhares de páginas. O diretor do arquivo, na época, era o Sidney Chalhoub e ele brincou comigo que ia requisitar minhas cópias, porque pareciam estar com qualidade superior ao original. Saí da Unicamp, em Barão Geraldo, com um carrinho de feira cheio de folhas de papel, coloquei numa mala e voltei para a França. A ideia era fazer o doutorado lá, mas acabei decidindo voltar ao Brasil. O Lula tinha acabado de ser eleito e eu queria viver essa experiência no meu país. No retorno, procurei novamente a Maria Aparecida de Aquino e conversei com ela sobre a possibilidade de estudar a tortura durante a ditadura militar. Ela havia desenvolvido um importante trabalho, com o Marco Aurélio Vanucchi e o Walter Cruz Swenson Junior, de catalogação da documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. Ela então me propôs que eu trabalhasse com o dossiê 50-Z-9, que havia sido identificado como aquele que possuía maior documentação sobre o II Exército e tinha muita coisa sobre a Oban e o DOI. Ao examinar a documentação, percebi que havia sobretudo interrogatórios de presos e presas políticos e esse se tornou o foco da minha tese. Minha principal descoberta foi a de que nas transcrições das falas dos detidos havia uma sobreposição da lógica dos interrogadores, que representavam não apenas a repressão política, mas a ideologia do projeto ditatorial. Identifiquei no interrogatório essa espécie de disputa, absolutamente assimétrica entre os interrogadores e o indivíduo detido e busquei descrever as diversas facetas desse confronto, presentes não apenas na própria cena do

interrogatório, mas no documento gerado nesse processo. Ficou muito claro que o alegado objetivo "técnico" de extrair informações não era o único propósito do interrogatório, havia ali um esforço de sujeição do outro, de imposição de uma determinada concepção de mundo. Penso que a maior contribuição da tese está menos em apresentar um "achado" do que em demonstrar, de forma consistentemente documentada, como operava essa dinâmica.

Cadernos do NUPPOME – Durante seu pós-doutorado realizado na Brown University, nos Estados Unidos, você teve a oportunidade de conhecer o projeto "Opening the Archives", coordenado pelo professor James N. Green, tendo sido posteriormente integrada ao seu Conselho Consultivo. Como foi a experiência de acessar os documentos reunidos pelo projeto "Opening the Archives"?

Mariana Joffily – Durante o pós-doutorado trabalhei com três documentações diferentes. A primeira foi a da *National Security Archives* (NSA), uma instituição ligada à Universidade George Washington, em Washington DC. Reúne diversos dossiês temáticos, sempre relacionados com a política externa dos EUA e a violação de direitos humanos. Para a pesquisa, trabalhei com as coleções do NSA referentes às ditaduras do Chile e da Argentina. Para o Brasil, pesquisei no *National Security Archives and Record Administration* (NARA) e também no *Opening the Archives*, na Universidade de Brown. A documentação é a mesma. A diferença é que naquele momento, havia muitos documentos no NARA que ainda não haviam sido digitalizados e incorporados ao *Opening*, como a documentação do *Military Intelligence Unit*, que contém dossiês montados por agentes diplomáticos estadunidenses sobre uma série de oficiais do Exército brasileiro. A diferença de trabalhar com o *Opening the Archives* está no fato de que a documentação está não apenas digitalizada, mas catalogada – como a documentação do NSA – de maneira que simplifica e agiliza imensamente a pesquisa, com filtros de nomes, palavras-chave, períodos, instituições de origem e de destino. O trabalho realizado pelo James Green e a equipe dele é excelente, constitui uma contribuição de alto nível para a pesquisa das relações entre os EUA e o Brasil no período. Por fim, trabalhei também com a documentação que o governo do EUA enviou para a Comissão Nacional da Verdade, também pertencente ao NARA, mas que foi cuidadosamente selecionada por especialistas do NSA por critério de relevância.

Cadernos do NUPPOME – Com o passar dos anos, seus estudos sobre memória da ditadura foram se diversificando no que se refere ao recorte temático das suas pesquisas. Assim, um dos seus projetos mais recentes abordou a forma como eram selecionados e formados os agentes da repressão durante a ditadura brasileira. A pesquisa permitiu identificar um padrão na seleção de agentes da repressão? Há um perfil dominante entre estas pessoas (faixa etária, gênero, escolaridade etc.)? Que tipo de formação elas receberam?

Mariana Joffily – As respostas para essas perguntas estarão em breve disponíveis num livro em coautoria com a Maud Chirio, que vai sair ainda este ano pela editora Alameda e reúne artigos e capítulos nossos publicados ao longo de nossa colaboração, além de um texto inédito. De forma resumida, identificamos diferentes lógicas para o recrutamento: alguns agentes se distinguiram aos olhos de seus superiores hierárquicos por sua participação no golpe de 1964; outros possuíam alguma experiência ou treinamento prévio em atividades ligadas ao campo de informações; outros, ainda, pertenciam às redes de oficiais responsáveis por montar a máquina repressiva; houve também aqueles que militavam em organizações de extrema direita e, enfim, agentes de patente menos elevada, que pertenciam a unidades que foram bastante requisitadas pelos órgãos repressivos, como os paraquedistas. Além disso, houve uma lógica geracional, vemos muitos quadros do aparato repressivo recém-saídos da Escola de

Comando e Estado-Maior do Exército, em um momento em que a ECEME havia incorporado em seu ensino diversos conteúdos ligados à informação e segurança interna.

Cadernos do NUPPOME – Seu projeto de pesquisa mais recente foca no Centro de Informações do Exército (CIE). Por qual razão você considera relevante analisar o CIE?

Mariana Joffily – Conforme foi se aprofundando o conhecimento sobre a repressão política durante a ditadura militar, o CIE despontou como uma peça crucial da engrenagem repressiva. É interessante porque nos anos 1980 e 1990, o órgão repressivo que tinha maior visibilidade pública era o DOPS e o personagem mais icônico da repressão era o delegado da polícia civil Sérgio Paranhos Fleury. A partir dos anos 2000, passou a ser o Destacamento de Operações de Informações (DOI) de São Paulo e a figura mais célebre, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Mas o CIE, considerado pelo jornalista Elio Gaspari como o "cérebro e a mola da repressão", tornou-se mais conhecido apenas após os depoimentos do coronel Paulo Malhões na Comissão Nacional da Verdade. Foi um órgão essencial tanto na montagem do aparato repressivo, como na sua operacionalização. Os agentes do CIE viajavam por todo o país, participaram das principais operações repressivas do país e colaboraram com as forças repressivas dos países vizinhos.

Cadernos do NUPPOME – Pensando-se na proximidade dos 60 anos do Golpe de 1964: Que temas você acha que precisam ser melhor explorados nos estudos sobre a ditadura no Brasil?

Mariana Joffily – São muitos! Para ficar apenas no tema da repressão política, há que se dizer que ainda se conhece muito pouco sobre o funcionamento dos órgãos repressivos nos diferentes estados. Em cada região a composição se alterava, em função das instituições civis e militares existentes, das características do local - se era capital ou interior do estado, zonas de fronteira, área rural ou urbana. Outro tema muito amplo, de enorme importância, que vem sendo bastante trabalhado, mas ainda tem muito espaço para se desenvolver é como a repressão política voltada à segurança nacional se articulou - ou não - com uma repressão social de mais longa duração contra populações habitualmente marginalizadas. Também precisamos compreender melhor o protagonismo que o Brasil teve, em matérias repressivas, no Cone Sul, tanto pelo exemplo, como pela intromissão na política nacional de outros países, na formação de agentes estrangeiros ou na exportação de *know-how*.

Cadernos do NUPPOME – Por qual razão você acredita que, mesmo passados tantos anos desde o fim da ditadura, legados do autoritarismo seguem presentes no contexto brasileiro? Como superar o negacionismo? O que falta realizar em termos de políticas de memória em nosso país?

Mariana Joffily – Hoje me parece ilusório pensar que os legados do autoritarismo podem ser em algum momento definitivamente superados. Penso que tivemos um aprendizado doloroso e importante com o governo Bolsonaro e a ascensão da extrema-direita no país de que não caminhamos inexoravelmente rumo a um progresso das relações sociais em direção do respeito aos direitos humanos. O que temos é uma disputa constante, incessante entre distintos projetos de sociedade e de convivência em comum diante das diferenças que nos separam. Quanto a lidar com o fenômeno do negacionismo, talvez a maneira mais importante e estrutural seja cuidar da boa qualidade do ensino público. Em particular garantindo que os conteúdos de ciências humanas nas escolas sejam transmitidos por profissionais bem formados, que sejam capazes de contribuir com o desenvolvimento do senso crítico e da

capacidade de buscar e avaliar as informações de que dispomos, de maneira a formar crianças e adolescentes para serem cidadãos conscientes e intelectualmente autônomos. Isso evidentemente significa rever o modelo de educação ministrado em escolas militares ou cívico-militares, nas quais as questões de hierarquia e autoridade são preponderantes. Em outro campo, considero fundamental desenvolvermos pesquisas sobre o próprio fenômeno: tanto sobre o negacionismo – no sentido de negação da existência de determinados acontecimentos históricos –, quanto do distorcionismo – distorção por simplificação, banalização ou manipulação de fatos históricos com objetivos ideológicos ou mercadológicos. Compreender as lógicas e estratégias utilizadas na construção de falsos passados e informações (*fake news*) nos torna coletivamente mais preparados para lidar com esse fenômeno. Em termos de políticas de memória diria que é muito importante termos instâncias públicas que se ocupem em debater e esclarecer o que foi a ditadura militar e porque seu projeto de sociedade excludente e autoritário é incompatível com a democracia, mesmo nos moldes limitados da democracia liberal. Mas o mais importante a fazer, do meu ponto de vista, é atuar na reforma das instituições, que é o ponto que vem sendo negligenciado ao longo das décadas. Desmilitarizar a polícia, rever o sistema de justiça penal que encarcera de maneira massiva e indiscriminada a população pobre e negra, rever a lógica de guerra que preside a segurança pública e o combate às drogas. E desfazer o pacto hermenêutico de décadas sobre a interpretação da Lei de Anistia, que ao validar a impunidade de agentes do Estado que cometeram torturas, assassinatos e desaparecimentos no passado, reforça a impunidade de hoje.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

A ALIANÇA REPRESSIVA DA OPERAÇÃO CONDOR, OS MONTONEROS E O “PACTO DO CONE SUL”²

Sabrina Steinke

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Doutora em História pela UnB com pós-doutorado pela UFPI.

Desenvolve pesquisas sobre conexões repressivas e repressão em regiões de fronteira, com foco na Operação Condor, tendo publicado livros e artigos sobre o tema.



10

As décadas de 1960 até 1980 foram marcadas, no Cone Sul, por um ciclo de ditaduras civis-militares, esse mais recente período de supressão democrática foi marcado pela implementação do Terrorismo de Estado (TDE) enquanto prática para controle da sociedade, e ideologicamente baseada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Por meio da DSN, as pessoas envolvidas em defesa das democracias, e, nesse caso, contra as ditaduras, eram consideradas para além de subversivos, mas inimigos internos. Nesse sentido, o governo e a sociedade deveriam “proteger” a nação de seus próprios cidadãos.

² Texto revisado com o auxílio de Pedro Gardani, bolsista do NUPPOME.

Dentre as distintas experiências entre os países, desde os golpes, sua manutenção e como governaram e agiram, bem como as suas similitudes, que são muitas: práticas de tortura física e psicológica, censura, perseguições, sequestros, desaparecimentos, mortes. Tratarei aqui da Operação Condor, a formalização da troca de informações e de ações colaborativas entre: Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. Essa aliança de cunho repressivo entre os países do Cone Sul foi institucionalizada em novembro de 1975, durante um encontro de inteligência no Chile, sendo chamada de Operação Condor, que ficou com o comando do operativo sob tutela de Manuel Contreras, chefe do serviço de inteligência da ditadura chilena.

O objetivo da Operação Condor era a troca sistemática de informações, ações conjuntas entre os países signatários, com financiamento dos Estados Unidos da América. Foi implementada uma rede de telex chamada Condortel, uma tecnologia bastante avançada para o período (DINGES, 2005). Compreendia três frentes de trabalho que foram implementadas concomitantemente, a primeira fase de troca de informações, listas com dossiês, nomes, codinomes, fotografias, entre outros documentos circulavam entre os aparatos repressivos dos seis países. Assim, a pessoa perseguida em seu país, por ser considerada “inimigo interno”, ao tentar o exílio e escapar da repressão era perseguida em todo Cone Sul. A segunda fase era a de ações, que consistiam nos sequestros, tortura e desaparecimento com participação de agentes das ditaduras dos países envolvidos. A terceira fase, considerada ousada, era de ações na Europa (CALLONI, 1999).

Importante ressaltar que havia trocas de informações e práticas transnacionais com cunho repressivo antes da formalização da Operação Condor. Essas práticas chamamos de conexões repressivas, pois eram ações pontuais, acordos “de ocasião”, a aliança repressiva do Condor aprimorou e institucionalizou essas práticas, resultando em um modelo muito mais eficaz de perseguição, e bem mais agressivo (PADRÓS, 2005).

Segundo a base de dados do Plancondor.org, um projeto que, consiste em uma ação colaborativa entre a Universidade de Oxford, organizações de memória, verdade e justiça do Cone Sul, principalmente uruguayas e chilenas, o número de vítimas da Operação Condor é de 805, dados de julho/2024, os objetivos do projeto são reunir informações dispersas sobre a Operação Condor e disponibilizar em um site de acesso aberto, difundir conhecimento sobre a coordenação repressiva e fornecer ferramentas

de pesquisa e difusão para a busca de memória, verdade, justiça e reparação, com vistas ao futuro, para que não se repita³.

Essa iniciativa é de suma importância para os pesquisadores do tema, uso didático e História Pública. Por meio do mapa interativo podemos visualizar a pujança do que os militantes de esquerda já identificam durante seu funcionamento como: Pacto do Cone Sul. Que foi confirmado em 1992 com a descoberta do “Arquivo do Terror” no Paraguai pelo advogado Martin Almada, um conjunto com cerca de 700 mil documentos sobre a ditadura paraguaia e das colaborações entre os países do Cone Sul, neste arquivo que se encontrou a ata de fundação da Operação Condor (CALLONI, 1999).

Dentre as vítimas da Operação Condor, um dos grupos mais afetados foi o dos *Montoneros*, grupo guerrilheiro que surgiu de organizações de viés político peronista a partir da metade dos anos 1960, considerado o braço armado do peronismo, com destaque as ações entre os anos 1970-1973. Um ato emblemático foi o sequestro e assassinato de Pedro Eugenio Aramburu⁴. Desvelando uma faceta que remete a atos de justiça e vingança, que diferenciou os *Montoneros* dos demais grupos armados, o assassinato de Aramburu é considerado o ato fundador da luta armada e a representação da ideologia do grupo e em nome do que estavam lutando: justiça social, distribuição de riquezas, estado democrático (VEZZETTI, 2009; GASPARINI, 2008).

Para além da luta armada, os *Montoneros* se consolidaram na militância social, mobilizando diversos setores, desde sindicatos, organizações populares de subúrbios e sindicatos por meio, principalmente da Juventude Peronista. Desmantelar esse grupo era objetivo principal das Forças Armadas, desde 1971, ou seja, a repressão contra grupos de esquerda não começou após o golpe de 1976. Bem como, o acordo da Operação Condor foi assinado antes do golpe. Nesse contexto começa o que posteriormente será nomeado de “dois demônios”: a violência estatal contra a luta armada. Que no início do processo de transição democrática serviu como justificativa para as ações violentas de ambos os lados.

³ O site foi implementado entre 2022 e 2023 e tem uma série de informações sobre a Operação Condor, fichas de vítimas, mapa, julgamentos, linha do tempo e uma base de dados de fontes para pesquisa, ver em: <https://plancondor.org/proyecto>

⁴ Ver mais em: STEINKE (2022).

Em um primeiro momento diversos setores da sociedade apostaram nas táticas de guerrilha dos *Montoneros* – grupo mais emblemático e que mais resistiu – como um caminho para conter a violência estatal e para o fim dos diversos golpes que a Argentina vinha sofrendo. Apostavam também que haveria a implementação de uma política econômica e social ampla. Entendendo que estava sendo bem aceito por uma parcela significativa da sociedade, o grupo intensificou suas ações armadas, da mesma forma as Forças Armadas aumentava a repressão e taxava os guerrilheiros como inimigos internos da nação. Dessa forma, o golpe de 1976 se justificou como medida necessária para organizar a sociedade e conter a violência dos grupos guerrilheiros. A intensa difusão das ações guerrilheiras e o ocultamento da violência estatal fizeram com que os *Montoneros* fossem perdendo simpatizantes, de modo que a militarização de suas ações e o paulatino distanciamento da luta social, colocando como prioridade um “exército popular”, deixou de lado o trabalho de política de base desenvolvido entre 1972 e 1974 (CALVEIRO, 2008).

Quando o golpe de 1976 foi deflagrado, o grupo já estava bastante desgastado e desarticulado, pois já vinha sendo combatido pelas Forças Armadas. De um período de atividade política voltada para a Juventude Peronista, a Juventude Trabalhadora Peronista, diversos grupos de estudantes secundários e universitários ocorridos entre 1973 e 1974, a militarização do grupo entre 1975 e 1976 reverberou em um recrudescimento e desmembramento, após o golpe o número elevado de militantes desaparecidos reitera o processo de esfacelamento da organização, especialmente dos que se encontravam na Argentina (CAMPOS, 2013).

Após o golpe de 1976 as ações militares se intensificaram resultando em cerca de 4.500 militantes *Montoneros* “eliminados” em dois anos. Taxados como o “câncer” a ser extirpado, os inimigos a serem eliminados, em nome da reorganização da sociedade, as Forças Armadas justificaram a repressão, repressão essa que era admitida em escala extremamente menor que a de fato praticada.

A repressão instaurada na Argentina seguiu os moldes do que estava acontecendo no Cone Sul, ou seja, o *modus operandi* foi muito similar: centros de detenção e tortura clandestinos, torturados civis e militares, rede de informações, informantes infiltrados,

delatores que “quebravam”⁵. Quando a Argentina sofreu o golpe, a Operação Condor já estava formalizada e em pleno funcionamento, nota-se pelo número de militantes mortos e desaparecidos, que se aproxima de 30 mil segundo as organizações de Direitos Humanos. Sendo estes não somente cidadãos da Argentina, mas diversos exilados do Cone Sul e da Europa.

A resistência *montonera* segue até 1979, quando é lançada a *contraofensiva montonera*, em que os militantes que estavam no exterior se articularam para se reorganizar, aumentar seus quadros e retomar a luta armada, foi bem recebida pelos que estavam “fora” considerando a conjuntura política, já que o regime ditatorial estava bastante desgastado, pelas contradições internas entre as três Forças Armadas, a situação econômica do país que levou uma substancial parcela social a se voltar contra o governo castrense. A *contraofensiva* consistia, também, em trazer militantes do exterior para a Argentina para ações políticas e de guerrilha pontuais, estudadas e precisas, com intuito de demonstrar as contradições internas dos militares (FERNANDÉZ, 2012).

O que os *Montoneros* não contavam, ao menos não há indícios de que tivessem certeza, era do tamanho e da estrutura da Operação Condor, que foi diretamente responsável pela derrocada do grupo, e por inúmeras mortes e desaparecimentos de militantes de diferentes nacionalidades no Cone Sul e até na Europa. Para enfrentar a *contraofensiva*, foi utilizado o Batalhão 601, serviço de inteligência do exército argentino, que implementou o *Operativo Murciélagos*, que consistiu em ações no exterior por meio da logística da Operação Condor (MARIANO, 2006).

O que, até o momento, pode se afirmar é que os *Montoneros* estavam cientes de uma aliança, que chamaram de “Pacto do Cone Sul”. Em uma busca no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), ao colocar a palavra-chave: Operação Condor aparecem 262 registros, dentre esses se encontra um arquivo⁶ intitulado: “Correspondência do Movimento Peronista Montonero”, trata-se de uma documentação que foi remetida ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/MG, em 1981. Neste dossiê se encontra um livro, que foi traduzido para o português,

⁵ Os quebrados são os militantes que não resistiram as torturas e delataram seus companheiros, um número baixo considerando o número de “caídos”, os desaparecidos.

⁶ “Diante dos acordos Videla-Figueiredo o PACTO DO CONE SUL”. Fundo SNI – Documento AC_ACE_16680_81.

publicado pelo *Movimiento Peronista Montonero Conducción Nacional*, um “braço” da revista *Vencer*, também sob tutela da direção nacional do *Montoneros*.

A obra se chama “Diante dos acordos Videla-Figueiredo: o pacto do cone sul”, data de outubro de 1980, portanto no auge do *Operativo Murciélagos*, porém não é sobre o pacto repressivo que trata o livro. É sobre os acordos entre Argentina e Brasil, firmados entre Figueiredo e Videla, impulsionados pela crise econômica em ambos os países, e tinham como objetivo se manter no poder. Neste período o Brasil já estava em um processo de “abertura”. Segundo a publicação as alianças teriam financiamento do exterior, investidores franceses, norte-americanos e alemães, principalmente. Os favorecidos pelos financiamentos seriam: burguesia paulista e latifundiários do pampa argentino, a pretensão era conseguir uma reestruturação regional no Cone Sul, implementando um mercado no atlântico sul.

A Condução Nacional Montonera estava preocupada com o risco econômico para os povos latinos, pois além dos acordos serem voltados para a elite econômica, serviriam para tentar sustentar os regimes ditatoriais, além de tornar o Cone Sul dependente dos investidores. Nesse ponto, oferecem uma “solução” para derrotar os regimes ditatoriais e esses acordos, que seria a aliança dos povos latinos. A orientação era articular uma união interna e externa de resistência. Não deixando explícito quais seriam as formas de resistir às ditaduras.

Por meio desta obra se comprova que havia uma articulação de esquerda entre os países do Cone Sul, fato já conhecido na historiografia, pois as redes de solidariedade nunca foram negadas pela militância, ao contrário das conexões repressivas estatais e principalmente da negação da existência da Operação Condor.

O que podemos inferir, com esta obra, é que as trocas de informações mais organizadas e consistentes entre as esquerdas estavam focadas nas alianças econômicas que prejudicariam as parcelas desfavorecidas da sociedade e colaborariam para a permanência das ditaduras. Muito díspares das ações formalizadas pela Operação Condor, cujo objetivo era controlar quem poderia viver e quem deveria morrer, independentemente de sua nacionalidade e de onde se encontrava, promovendo uma caçada no Cone Sul e em alguns casos na Europa e em países da América Latina não signatários do pacto criminal do Condor (CALLONI, 1999).

O tema central do livro escrito originalmente em espanhol e traduzido para o português era a questão econômica. Além de indicar que os militantes de esquerda também se preocupavam com que acontecia para além das suas fronteiras, principalmente na pauta principal do livro, mas também coloca alguns pactos de cunho repressivo, sem citar a Operação Condor. Dentre esses cita uma ação ocorrida na Bolívia em 18 de julho de 1980, conduzida por um grupo de paramilitares argentinos atacou trabalhadores de uma mina em *San José*, e que a Argentina enviou em torno de 50 oficiais do Serviço de Inteligência do Exército Argentino para dar suporte ao golpe na Bolívia⁷.

Sobre TDE, o livro tem uma passagem lembrando que Videla agradeceu publicamente Figueiredo pela ajuda na “guerra suja” contra a “subversão”. Os autores, todos dirigentes dos *Montoneros*, indicam que, para enfrentar tanto os acordos econômicos e os repressivos – que são citados pontualmente –, era necessário difundir as ações clandestinas dos governos ditatoriais em nível internacional para atrair empatia pela causa dos movimentos de esquerda. Ofereceram como exemplo um sequestro ocorrido no Peru em 12 de julho de 1980.

Nesta ocasião, Maria Inês Raverta, Noemí Esther Gianotti de Molfino, Júlio César Ramirez e Frederico Frías Alberga foram sequestrados por meio de uma ação conjunta entre as forças armadas da Argentina e Peru. Em 21 de julho de 1980, o corpo de Noemí foi encontrado na Espanha. Segundo reportagem⁸ veiculada em 7 de agosto de 1980 pelo jornal *El País*, a morte de Noemí foi um crime político – oficialmente, foi informado que teria sido de causas naturais, versão contestada na crônica. Baseando-se em informações divulgadas em 6 de agosto de 1980 pela *Comisión Argentina de Derechos Humanos* (Cadhu), que contradiziam a nota oficial da embaixada argentina em Madrid, este sequestro ocorrido no Peru foi parte das investigações promovidas pela Justiça Italiana, que apurava crimes contra cidadãos italianos na Operação Condor. Noemí era ativa integrante das Mães da Praça de Maio, já que dos seus seis filhos, quatro estavam envolvidos com política militante. Uma de suas filhas desapareceu junto com o marido – que era dirigente da Juventude Montonera –, bem

⁷ BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. *Correspondência do Movimento Peronista Motonero*. AC_ACE 16680_81. 01/06/1981. op. cit. p. 32.

⁸ Arquivo digital do *El País* (Argentina), disponível em: http://elpais.com/diario/1980/08/07/internacional/334447219_850215.html

como dois de seus netos (que foram encontrados 3 anos depois). Tinha também uma filha exilada em Paris por motivos políticos, e seu filho mais velho foi preso e só obteve liberdade após o fim do regime militar na Argentina.⁹ Utilizar a exposição desses sequestros, desaparecimentos e mortes, com colaboração repressiva entre Estados, foi uma das formas propostas neste livro pela Condução Montonera, para tentar vencer essa aliança latina contra os povos.

Temos assim um complexo sistema de articulação com fins de solidariedade, que apesar de atuar em conjunto em diversas ocasiões, não era uma coalizão estruturada e com o aparato e apoio financeiro que a Operação Condor detinha. Além disso, os objetivos eram opostos, os militantes lutavam por democracia, por direito de viver, para salvar a si e a militantes estrangeiros que compartilhavam de um ideal comum. Já as conexões repressivas e, posteriormente, a Operação Condor, tinham como objetivo matar qualquer pessoa que estivesse a favor do fim dos regimes ditatoriais, uma política de morte. Por fim, é importante pontuar que a estrutura da Operação Condor transmutou o “inimigo interno” de cada país em inimigo interno do Cone Sul.

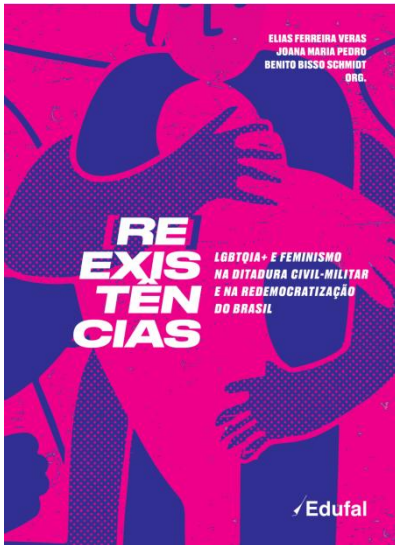
⁹ Informações acerca do caso de Noemí disponíveis em: <http://www.urgente24.com/208030-baltasar-garzon-que-la-sombra-de-noemi-molfino-le-alcance>

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Esteban. *Memoria, ensayos y polémicas. El balance de la experiencia montonera en los años 1980*. Topoi, V.14, nº 26, Jan/Jul 2013, p. 6-17.
- CALLONI, Stella. *Operación Condor: los años del lobo*. 1ª ed. Buenos Aires: Peña Lillo Ediciones Continente, 1999.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. 1ª ed. 6ª reimp.- Buenos Aires: Colihue, 2008.
- DINGES, John. *Os Anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FERNANDÉZ, Jorge C. *Resistir es vencer: o Brasil e a Contraofensiva Montonera, 1978-1980*. In.: PADRÓS, Enrique S (org.) *Dossiê Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. v. 19. nº 35, Porto Alegre: PPGH, jul. 2012.
- GASPARINI, Juan. *Montoneros: final de cuentas*. 2ª ed. 1ª reimp. La Plata: De la Campana, 2008.
- MARIANO, Nilson S. *Montoneros no Brasil – Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação, Mestrado em História – PUCRS. Porto Alegre, 2006.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese, Doutorado em História – UFRGS. Porto Alegre, 2005.
- STEINKE, Sabrina. *Operação Condor, operações com dor: conexões repressivas em região de fronteira*. 1ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2022.
- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil

Elias Ferreira Veras, Joana Maria Pedro e Benito Bisso Schmidt (Org.)

Maceió: EDUFAL, 2023.

Fruto de uma articulação acadêmica financiada pelo CNPq (Chamada Universal), a coletânea tem como objetivo analisar as formas como as lutas da população LGBTQ+ e o feminismo foram articulados no país, constituindo-se como forma de resistência contra a ditadura e na redemocratização, a partir da década de 1980.

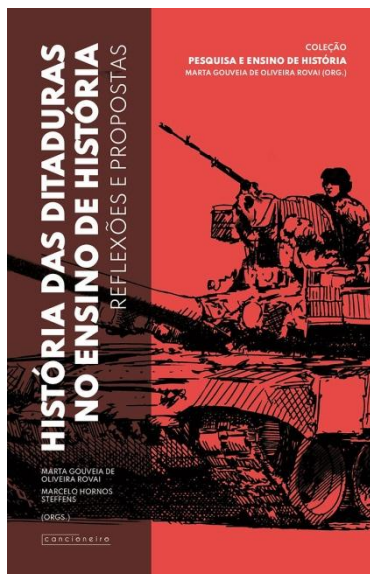


25 de abril. Revolução e mudança em 50 anos de memória

Manuel Loff e Miguel Cardina (Org.)

Lisboa: Tinta da China, 2024.

Organizada por Manuel Loff (Universidade do Porto) e Miguel Cardina (Universidade de Coimbra), a coletânea busca analisar e problematizar a forma como a memória da Revolução dos Cravos – que completou 50 anos em abril de 2024 – foi constituída com o passar das décadas. Não se trata, conforme os organizadores, de uma obra historiográfica sobre o tema.

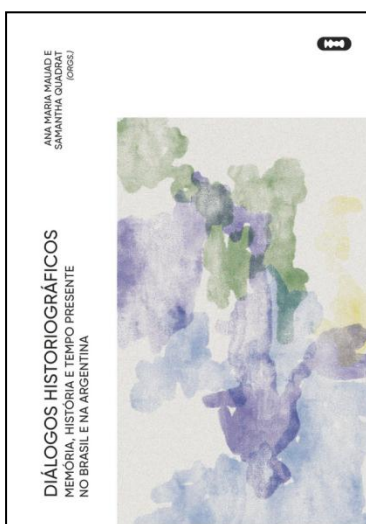


História das ditaduras no ensino de História

Marta Rovai e Marcelo Steffens (Org.)

Campo Maior: Cancioneiro, 2022.

Organizada e publicada no âmbito da Coleção “Pesquisa e Ensino de História”, a obra reúne jovens professoras/es que refletem sobre os dilemas enfrentados ao abordarem o tema das ditaduras em sala de aula. Em dez capítulos, são compartilhadas experiências de ensino que abrangem desde o Estado Novo (1937-1945) até a ditadura civil-militar (1964-1985).

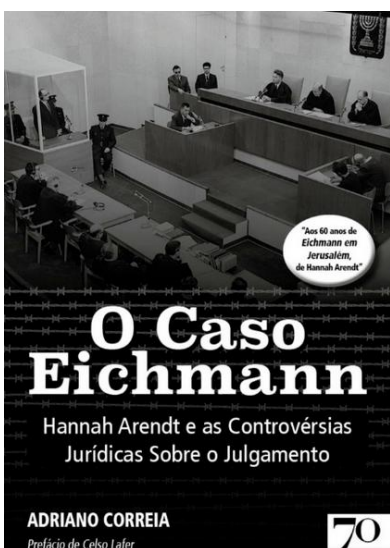


Diálogos historiográficos: memória, história e tempo presente no Brasil e na Argentina

Ana Maria Mauad e Samantha Quadrat (Org)

São Paulo: Letra & Voz, 2022.

A coletânea traça um panorama sobre diferentes aspectos das ditaduras, a partir de enfoques que se detêm na dimensão política das ditaduras, no uso de imagens e da imprensa na narrativa sobre o período, e, finalmente, nos debates sobre o ensino do tema e sobre a musealização deste passado.



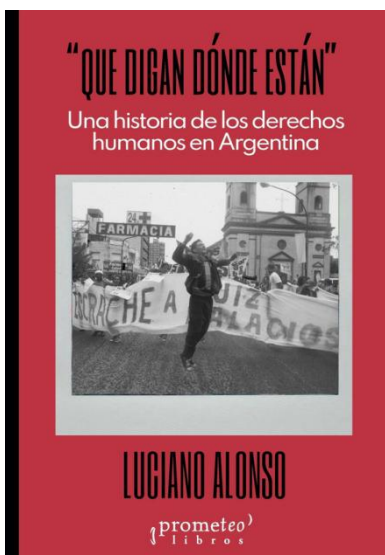
O caso Eichmann: Hannah Arendt e as controvérsias jurídicas sobre o julgamento

Adriano Correia

São Paulo: Edições 70, 2023.

Neste livro, o autor analisa e discute, a partir de uma perspectiva filosófica arendtiana, o conjunto de controvérsias jurídicas que se seguiram à prisão e ao julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, em 1961. Com um prefácio de Celso Lafer, o livro aprofunda discussões sobre a tipificação penal dos crimes cometidos pelos nazistas.

20

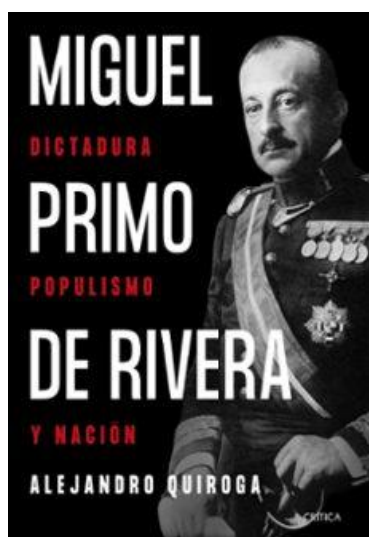


“Que digan dónde están”. Una historia de los derechos humanos en Argentina

Luciano Alonso

Buenos Aires: Prometeo, 2022.

Escrito por Luciano Alonso, pesquisador e professor da UNL (Santa Fé, Argentina), o livro traça um panorama sobre a forma como a luta por direitos humanos foi constituída na Argentina, ganhando força devido às violações massivas perpetradas pela ditadura, entre 1976 e 1983.

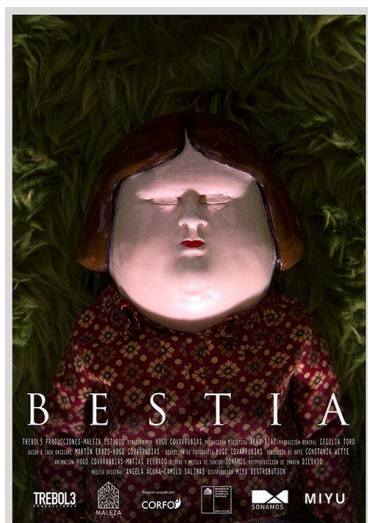


Miguel Primo de Rivera: dictadura, populismo y nación

Alejandro Quiroga

Madrid: Editorial Crítica, 2022.

Neste livro, o historiador e professor da Universidad Complutense de Madrid (UCM) escreve uma das mais completas biografias do ditador espanhol Miguel Primo de Rivera (1923-1930). Na obra, o autor analisa a vida de Primo de Rivera, da juventude ao Golpe de Estado, e, após deixar o poder, o breve autoexílio em Paris.



Bestia

Um curta-metragem dirigido por Hugo Covarrubias.

Chile, 2021.

O curta-metragem conta a história de Ingrid Olderöck, agente da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) que ficou conhecida por treinar mulheres que torturavam outras mulheres, assim como por fazer uso de técnicas de tortura sexual.

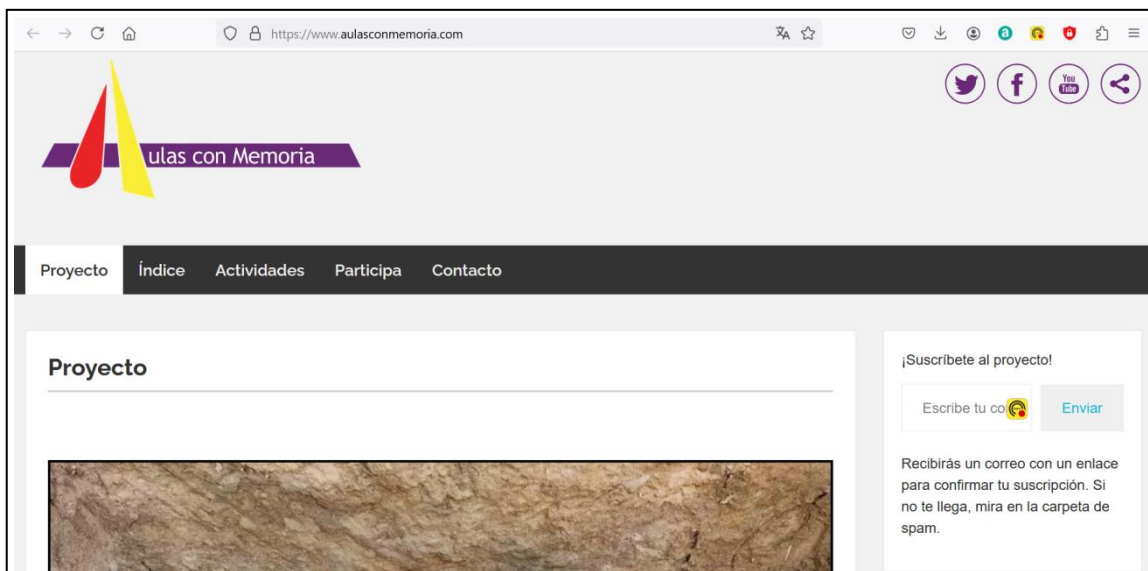
FONTES DE PESQUISA

AULAS CON MEMORIA

O *Aulas con memoria* é um projeto “[...] que nace de la necesidad de contar la historia silenciada de nuestro país” (“[...] que nasce da necessidade de contar a história silenciada de nosso país” – tradução nossa). Criado a partir de 2022 e mantido pela Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica (ARMH), grupo formado por familiares de mortos e desaparecidos na Guerra Civil e pela ditadura franquista, o site disponibiliza uma série de materiais para que o tema possa ser abordado em sala de aula, tais como: materiais didáticos, lista de situações de aprendizagem, projetos e links para aprofundar conhecimentos sobre o período, e, sobretudo, sobre as violações cometidas pelas forças franquistas antes e durante a ditadura.

Disponível em: <https://www.aulasconmemoria.com/>

22



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

HÁ DEZ ANOS, ESTELA DE CARLOTTO ENCONTRAVA SEU NETO

Em 5 de agosto de 2014, foi anunciado pelas Abuelas de Plaza de Mayo que o neto de Estela de Carlotto, presidenta da associação, havia sido encontrado. A notícia se espalhou rapidamente pela Argentina e no exterior, causando grande comoção. Após 36 anos de buscas, a identidade de Ignacio (Guido) Montoya de Carlotto, foi restituída. Filho de Laura e Walmir Oscar, ambos desaparecidos pela ditadura argentina, e nascido provavelmente numa prisão, Ignacio soube que era filho adotivo quando adulto. Em 2010, passou a desconfiar que poderia ser um dos netos – dos quase 500 – procurados pelas Abuelas desde 1977 e se apresentou voluntariamente ao banco de DNA da associação para coletar sua amostra. Há dez anos, Ignacio e Estela recuperaram o tempo perdido e a identidade roubada pela ditadura.

23



Fonte: Ignacio e Estela de Carlotto na coletiva de imprensa na qual ele foi apresentado na sede das Abuelas de Plaza de Mayo. Fotografia de Guadalupe Lombardo/Página 12.



UFPEL

NUPPOME
Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

APOIO



10 ANOS
2011-2021



LABORATÓRIO DE
HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

GPDEJUV
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM
DEMOCRACIA, JUSTIÇA E VIOLÊNCIA



Red para el Estudio de los Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos y transiciones a la democracia
Rede de Estudo dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e transições para democracia
REFAT
REte per lo studio di Fascismi, Autoritarismi, Totalitarismi e transizioni alla democrazia
Research Network for the study of Fascism, Authoritarianism, Totalitarianism and Transitions to Democracy

HISTÓRIA [] DA
[] DITADURA

**RE
BRA
PESC**
REDE BRASILEIRA
DE PESQUISADORES
DE SÍTIOS DE
MEMÓRIA E
CONSCIÊNCIA